Ruy Mauro Marini e o Estado de Contrainsurgência

Ruy Mauro Marini é sem dúvida um dos grandes intelectuais que pensou a condição econômica e política de diversos países da América Latina. Toda sua vida fora tragada pelos contextos políticos dos países onde viveu, o que o obrigou a passar por três exílios, mas que também lhe deu notoriedade como teórico, pensador, professor e quadro político. O próprio Ruy Mauro em suas memórias diz o quanto é difícil separar todas essas coisas haja vista, mais uma vez, o seu grande envolvimento e comprometimento político com a causa dos trabalhadores.

Marini é natural de Barbacena, Minas Gerais, onde nasce em 1932. Em 1953 inicia seus estudos na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, mas depois ganha bolsa e vai estudar na FGV. É na França, a partir de 1958, que começa a estudar Marx e Lênin. É nessa época também que se aproxima da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe), que inspirava o pensamento latino americano. Em seu retorno ao Brasil liga-se à Polop (Política Operária) e distancia-se do pensamento nacional-desenvolvimentista.

É em 1964, com o golpe militar, que Marini parte para o primeiro exílio no México, logo no momento em que inicia suas atividades acadêmicas na UNB (Universidade de Brasília). Vive no país até 1969 onde atua como colaborador em diversos periódicos e professor da Unam (Universidade Autônoma do México) e no Colégio do México. Com a repressão, que também aumenta após a publicação de um texto seu denunciando o massacre de estudantes em Tlatelolco (1968), Marini vai para o Chile. No Chile, a partir de 69, Marini liga-se ao MIR (Movimento de Esquerda Revolucionário) e ao CESO (Centro de Estudos Sócio-Económico) que era uma grande referência de formação em todo continente. Em 72 escreve “A Dialética da Dependência”, que se tornaria referência para a “escola da dependência” na América Latina. Com o golpe chileno, Marini vai para o Panamá e México. No México assume o cargo de professor no Centro de Estudos Latino-Americanos da

Unam onde atua até 1984, ano em que regressa ao Brasil para assumir novamente o cargo de professor da UNB.

Um ponto fundamental das obras e intervenções de Ruy Mauro está em tomar Marx como ponto inicial, mas não como forma de simplesmente transpor o pensamento e as categorias de Marx de forma mecânica à realidade latino americana. A intensa vida política no Chile, logo após um tempo no México, colocou Marini nas diversas frentes de formação sendo uma delas, e segundo Marini a principal, o CESO. “A maioria da intelectualidade latino-americana, europeia e estadunidense, principalmente da esquerda, passou por ali, dele participando mediante palestras, conferências, mesas redondas e seminários.” O CESO estudou, por exemplo, a transição socialista na URSS com ênfase em Lênin tendo a coordenação de Martha Harnecker. O tema de pesquisa proposta por Ruy Mauro na célula em que atuou do CESO foi “Teoria marxista e realidade latino-americana”. Segundo Marini o curso inicia-se com a leitura d´O Capital.

Ruy Mauro afirma que no caso do Estado contrainsurgente (1950), “o movimento revolucionário é visto como um vírus, um agente infiltrado de forma que provoca no organismo social um tumor, um câncer, que deve ser extirpado, eliminado, suprimido, aniquilado. Também se assemelha à doutrina fascista.” Ele está pensando um momento histórico complicado, de intensas disputas entre dois blocos econômicos hegemônicos e com orientações políticas conflitantes, apesar de já neste momento do pós-guerra o chamado comunismo não representar uma ameaça ao capitalismo.

Não podemos cair na ilusão de que a orientação dos partidos comunistas em todo o globo significasse uma ruptura completa com as formas de funcionamento do capitalismo. O que se percebe, muito pelo contrário, é a conformação com boa parte do arcabouço social já construído pelo capital. Os comunistas, digamos, estavam dispostos a reformar o capital atuando como uma espécie de social democracia mais radical de caráter meramente nacionalista e ultracentralizado.

No entanto, devemos destacar aqui que a defesa do chamado nacionalismo revolucionário certamente conflitava com a hegemonia burguesa principalmente internacional pelo simples fato dessa hegemonia ser absolutamente calcada nas

decisões e necessidades majoritárias do imperialismo norte-americano. Neste período histórico, ainda que muito a contragosto, podemos dizer que o estado contrainsurgente fazia algum sentido e a precaução sempre antecipada dos serviços de inteligência estavam cientes do contexto social não só do Congo, Vietnã e Argélia, mas no Chile, Argentina, Peru, Colômbia que tinha no interior dos movimentos populares organizações e células dispostas ao enfrentamento armado, mas nada também que colocasse em cheque o poder hegemônico do Estado burguês.

A década de 60, por exemplo, apenas começou a ensaiar movimentos combativos e revoltas populares. Por mais que a comunicação burguesa se apropriasse da ideia fixa de que terroristas ameaçavam o conjunto da sociedade brasileira, nem de longe algumas dezenas de militantes profissionais poderia destruir o poder da burguesia. A organização das vanguardas não contaminou a massa de trabalhadores, que ainda estavam dependentes de lideranças reformistas como foi o caso do presidente do Chile Salvador Allende.

No entanto, essa herança precária da luta popular foi o maior troféu da classe dominante na medida em que esta petrificou a ideia de combate à subversão a ponto de não sabermos em que tempo estamos. O medo do comunismo é mais do que um espantalho.

Sabemos todos que espantalhos não têm vida, apesar de muitas vezes enganar incautos. O anticomunismo doentio vociferado por burgueses, militares e liberais de todas as ordens tem vida na medida em que mobiliza as bases, ainda que essa mobilização seja estimulada pelo medo de um perigo construído artificialmente para justamente funcionar como uma espécie de aviso aos trabalhadores que desejam reivindicar direitos ou se organizar. Ao atravessar o tempo mantendo a mesma função social (aniquilar os movimentos sociais), a doutrina de segurança nacional mostra sua vitalidade ao conservar vivo algo que existiu apenas de forma embrionária.

Não podemos ser levianos e dizer que o ideal comunista nunca existiu ou que nunca ameaçou as elites. A História nunca nos permite leituras ultra-simplificadas sob o risco de apagar ou vulgarizar os processos de luta. O que de fato deixou de existir já na primeira metade do século XX foi um projeto revolucionário organizado

encampado pelas massas populares com o intuito de inverter as relações de poder entre trabalhadores e burgueses. Sobre este assunto recomendo a leitura do texto de João Bernardo “A Revolução Russa como resolução negativa da nova forma de ambiguidade do movimento operário.”

O período de ditadura civil-militar no Brasil, por exemplo (mas não só no Brasil como em praticamente em todos os países capitalistas sem exceção), foi transformado em período próspero, de imenso avanço industrial e todo esse trabalho executado com maestria pelos incorruptíveis militares. Se hoje se fala em monopólio das virtudes por parte dos chamados esquerdistas (pauta muito presente na boca de sub-intelectuais de direita como Luiz Felipe Pondé), não podemos deixar de notar que esse monopólio de todas as virtudes possíveis cabe aos setores dominantes, entre eles as forças armadas. Não a toa há, de 2014 para cá, uma tentativa desesperada de transformar policiais em heróis seja pela direita ou pela esquerda. A direita adora o poder das armas como um símbolo de liberdade e combate aos seus inimigos (os trabalhadores) cabendo ao conjunto das forças armadas arrumar a casa (destruir e criminalizar as organizações sociais), torná-la novamente habitável e para isso é preciso extirpar alguns setores que atrapalham a saúde da sociedade capitalista.

A esquerda crê nos legalistas, de forma muito otimista e precária denominados antifascistas. Se por um lado Gabriel Monteiro é ídolo dos fascistas, Leonel Radde é ídolo dos esquerdistas. O que ambos têm em comum (apesar de algumas diferenças pontuais)? A defesa intransigente do Estado e, obviamente, da indiscutível manutenção de todo o conjunto das forças armadas. O Deus-estado é pai dos dois. Por isso, ambos são virtuosos: cada um a seu modo. Nos dois casos também se ajuda a produzir a ideia (falsa!) de que não existe nenhum antagonismo entre eles e os movimentos sociais e trabalhadores. Ambos servem ao capital. E mais do que isso. Voltando à questão central, ambos produzem a ideia de que é necessário a nossa defesa intermediada pelos incorruptíveis homens do poder das armas. Dessa forma, o estado policial está sempre presente tornando inviável (primeiro por um discurso moralista, depois pela violência letal) qualquer rompimento com a ordem burguesa. Ambos, por fim, são defensores da ordem e funcionam como parte dos mecanismos atuais de contrainsurgência.

Arthur Moura (2021)